

A PRESENÇA NEGRA NO SUL DO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE O LUGAR DAS QUESTÕES AFRO-BRASILEIRAS NAS NARRATIVAS IDENTITÁRIAS DE SANTA CATARINA E NAS AÇÕES PATRIMONIAIS DO IPHAN

Danielle Alves de Sousa¹

Resumo: O artigo busca refletir sobre a produção regional de conhecimento acerca da população negra de Santa Catarina dos anos 80 até os dias atuais e as ações do IPHAN em nível regional e nacional em relação ao patrimônio afro-brasileiro no mesmo período. Um estudo reflexivo e comparativo dessas duas esferas de discursos pode ajudar a preencher lacunas e sugerir caminhos que integrem as manifestações afro-brasileiras de Santa Catarina às narrativas em torno do patrimônio cultural brasileiro e catarinense. O recorte temporal diz respeito a importantes acontecimentos no que tange ao universo das questões afro-brasileiras em relação a produção de conhecimento, conquistas sociais e no campo patrimonial.

Palavras-chave: Patrimônio afro-brasileiro. Nação. Identidades.

A temática deste artigo tem origem nas reflexões propiciadas pelo trabalho desenvolvido na Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Santa Catarina com as comunidades afro-religiosas de Florianópolis. Inserida no duplo movimento de demandas vindas da sociedade e de crescentes ações dentro do próprio Instituto visando a produção de conhecimentos sobre a imensa diversidade religiosa afro-brasileira, a Superintendência de Santa Catarina tem buscado realizar nos últimos anos ações que contribuam não apenas com os processos que tramitam internamente relacionados a terreiros da região, mas que falem também, de maneira mais abrangente, sobre o panorama das comunidades de terreiro no Sul do Brasil e, mais especificamente, sobre as casas religiosas de matriz africana de Santa Catarina.

Foram as reflexões geradas pela combinação entre teoria e prática proporcionadas pelas características do mestrado profissional cursado pela autora que direcionaram os desejos de buscar entender o contexto histórico onde estão inseridas as comunidades afro-religiosas no Sul do Brasil, pois o acesso a material produzido sobre o tema era inversamente proporcional à facilidade de encontrar diversos conteúdos sobre a herança europeia em Santa Catarina.

¹ Bacharel em Ciências Sociais (FFLCH-USP), mestranda em Preservação do Patrimônio Cultural - IPHAN (danielle.sousa@iphan.gov.br)

Com o decorrer do trabalho desenvolvido na Superintendência, tornou-se crescente a necessidade de compreender as narrativas regionais e mesmo as criadas em torno das representações da “identidade nacional”, que colocam o Sul do Brasil como lugar primordialmente branco, de heranças e raízes europeias, uma vez que era esse discurso que parecia se sobrepôr a outras narrativas, como as de populações historicamente subalternizadas e que também fizeram parte do povoamento e formação da região, especialmente os grupos africanos e afro-brasileiros, onde se deterá o presente artigo.

As reflexões aqui apresentadas, são norteadas pela seguinte questão: diante da força das narrativas locais e nacionais em torno da imagem da região Sul do Brasil como espaço essencialmente de herança branca/europeia, quais os espaços e caminhos para inserir as manifestações culturais afro-brasileiras da região Sul nas narrativas que se criaram no rol de bens culturais brasileiros?

O resultado do levantamento bibliográfico sobre o tema resultou em uma seleção de obras que têm o potencial de fazer caminhar as questões levantadas acerca do universo onde estão inseridas algumas das questões afro-brasileiras no Sul do Brasil. Dessa forma, como dito anteriormente, partindo das reflexões em torno do objeto de estudo escolhido, a intenção pe refletir sobre os pontos de encontro e desencontro entre duas diferentes escalas de discursos: as ações e a produção de conhecimento sobre questões afro-brasileiras em nível regional e em nível nacional, este último através do IPHAN, como órgão federal que reconhece valor às práticas culturais.

Diversos são os autores que trabalharam as questões que tangenciam a pesquisa, principalmente os que falam sobre a imigração europeia em Santa Catarina. Em intersecção entre a esfera regional e a nacional, é importante destacar a publicação do IPHAN: “O patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina”² que, além de falar sobre o histórico da imigração europeia no Brasil e mais especificamente no Estado, apresenta o Projeto Roteiros Nacionais da Imigração³, e nele, uma abordagem que confere valor às especificidades da ocupação imigrante em Santa Catarina. No texto de abertura, Luiz Fernando de Almeida, à época presidente do IPHAN, escreve:

² IPHAN. O Patrimônio Cultural da Imigração em Santa Catarina. Organização: Maria Regina Weissheimer; texto: Dalmo Vieira Filho - Brasília, DF: IPHAN, 2011

³ Fruto de parceria entre a esfera federal, estadual e com dezesseis municípios catarinenses, tem como premissas básicas “potencializar a sustentabilidade e a geração de trabalho e renda nos caminhos agrícolas urbanos e rurais da região” (FILHO, Dalmo Vieira 2011: 187) através do reconhecimento, valorização e preservação de conjuntos arquitetônicos e edificações individuais que destacam as particularidades da imigração em Santa Catarina.

Os contextos do passado precisam ser revistos como trunfos do desenvolvimento verdadeiro: expressam diversidades, enaltecem qualidades e valores que conferem autoestima e dignidade. Nessa perspectiva, a identidade e as características culturais de cada grupamento humano são indispensáveis a um projeto atualizado e verdadeiro de desenvolvimento nacional.

No trecho acima, o “desenvolvimento nacional” de que fala Almeida, não está especificamente atrelado à ideia de desenvolvimento civilizacional ou econômico, comumente ligado às representações em torno da imigração europeia no país, e sim à diversidade cultural e à necessidade de dar visibilidade à pluralidade.

Ainda sobre a imigração europeia no Brasil e seu papel nos discursos de formação da identidade nacional, Paulo César Garcez Marins publicou artigo onde analisa as políticas patrimoniais do IPHAN dos anos 80 até o período atual e, ao refletir sobre a relação do IPHAN com os imigrantes não lusitanos no Brasil, afirma que foi apenas na década de 1980 que a imigração europeia passou a figurar como importante elemento formativo da sociedade brasileira. Porém, Marins diz que a política de patrimonialização relacionada à imigração encontra-se ainda regionalizada, voltando-se demasiadamente ao Sul e eclipsando não apenas as narrativas de outros grupos sociais, mas também as correntes migratórias em outras regiões do país (MARINS, 2016).

Se as particularidades da imigração europeia na região Sul e especificamente em Santa Catarina merecem ser reconhecidas, valoradas e preservadas (como mencionado no trecho citado de Luiz Fernando Almeida), as especificidades da constituição da população negra em Santa Catarina parecem carecer do mesmo tratamento. Em seu capítulo no livro “Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade”, a antropóloga Ilka Boaventura Leite fala sobre a invisibilidade histórica legada à população negra em Santa Catarina em diversos tipos de produção, mesmo dentro da academia:

Também aí, na literatura científica, o negro é invisibilizado, seja porque não intencionam revelar a efetiva contribuição destes, seja porque os textos vão se deter na sua ausência, na reafirmação de uma suposta inexpressividade. Seus efeitos podem ser observados nas práticas políticas atuais: os argumentos da “insignificância numérica” do negro no Sul causam impacto ou imobilizam até os militantes da causa negra. (LEITE, 1996: 40)

A “insignificância numérica” de que fala Leite se refere à abordagem dada à presença de escravizados em Santa Catarina quando em comparação com outras regiões do país, como o Sudeste ou o Nordeste. Voltada principalmente à produção agrícola de subsistência e abastecimento interno, a mão de obra escravizada em Santa Catarina foi de fato menos expressiva, o que não significa - de forma alguma - que foi inexistente: Henrique Espada

Lima, no livro *História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina* (2013), organizado por Beatriz Mamigonian e Joseane Zimmermann Vidal, afirma que em recenseamento realizado em 1872, a população identificada como “preta” ou “parda” - incluindo escravizados e libertos - era de cerca de um quarto do total de habitantes da Ilha, ocupando lugar expressivo e importante na composição social.

O que Leite e outros autores como Paulino de Jesus Francisco Cardoso (2008) afirmam é que, historicamente, muitos dos estudos realizados fundamentam as reflexões em torno das questões africanas e afro-brasileiras em Santa Catarina através do argumento de que, perto de outras partes do Brasil, a presença de escravizados era insignificante numericamente e, consequência disso, é um tratamento não aprofundado sobre a participação e as experiências da população escravizada na estrutura de funcionamento da sociedade e de suas experiências cotidianas. Os efeitos desse ponto de vista de análise que minimiza a escravidão em Santa Catarina acabam por se estender e reverberar até os dias atuais no imaginário social brasileiro acerca da presença da população negra que vive hoje no Estado e mesmo na esfera regional, onde essa invisibilidade dificulta o acesso a políticas públicas, como as de patrimônio, onde se detém essa pesquisa.

A predominância de produções regionais que tratam das especificidades da presença europeia em Santa Catarina está inserida num panorama maior de discursos sobre a própria identidade brasileira. Sobre o lugar de Santa Catarina no imaginário identitário nacional e regional, Leite escreve:

Interessante observar que enquanto a identidade brasileira é inclusiva, procura contemplar a diferença étnica, a identidade do Sul se constrói pela negação do negro. É principalmente neste século que a imagem do negro vai pouco a pouco fazendo parte da identidade nacional em construção, da ideia de “cultura brasileira”. Neste mesmo período, no Sul, ele é sistematicamente retirado do quadro da identidade regional. Um dos fortes componentes da identidade étnica da região Sul é a sua branquidade, a sua europeização. (LEITE, 1996: 50)

Para buscar compreender de que formas se dão os diálogos entre as narrativas regional e nacional, que até o presente momento de reflexão parecem convergir na representação étnica e identitária do Sul como branca, vê-se necessário discutir sobre os conceitos de “nação” e “identidade” e, nesse quesito, a obra *Comunidades Imaginadas*, de Benedict Anderson, oferece subsídios úteis às reflexões. Para o autor, “nação” é uma comunidade política imaginada e limitada: é imaginada pois o habitante de uma “nação” não conhece todos os outros, mas divide com eles as sensações de pertencimento e semelhanças e é

limitada, pois não se pretende que todos os indivíduos no mundo tenham o sentimento de pertença com o mesmo lugar.

No que tange à produção de conhecimento e as ações do IPHAN a respeito das manifestações culturais afro-brasileiras desde a década de 1980, destacam-se aqui, até o momento: os tombamentos de terreiros, os Registros e Inventários de manifestações culturais de origem afro-brasileira, a obra “Políticas de acautelamento do IPHAN para terreiros de culto afro-brasileiros”, o Grupo de Trabalho Interdepartamental para Preservação do Patrimônio Cultural de Terreiros (GTIT) e as portarias nº 188 e nº 194, ambas de maio de 2016. De maneira geral, as obras e ações vindas por parte da instituição visam a valorização da diversidade cultural brasileira, através da agência e do reconhecimento da contribuição dos grupos africanos e afro-brasileiros à riqueza cultural presente no Brasil. As primeiras leituras e reflexões em torno das ações do IPHAN nos anos 80, 90 e mesmo início dos anos 2000 em relação ao patrimônio cultural afro-brasileiro, quando em comparação com ações mais recentes indicam que há possibilidade de que novos caminhos sejam trilhados através de narrativas mais plurais.

A trajetória dos bens culturais afro-brasileiros patrimonializados pelo IPHAN possui um caminho que reflete o contexto social e político no qual está inserido o próprio Instituto, desde sua criação, em 1937; caminho esse que vem sendo nos últimos anos questionado e revisado à luz uma série de transformações sociais. O primeiro bem afro-brasileiro reconhecido como patrimônio nacional pelo IPHAN foi uma série de objetos de terreiros do Rio de Janeiro, apreendidos e transformados no que se chamou de Coleção Museu de Magia Negra, ainda hoje no Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro. O nome atribuído e a valoração - através do instrumento do tombamento - de uma coleção fruto do uso da força, reunida à revelia de seus detentores, denota o caráter distanciado, exotizante e policialesco diante de manifestações culturais afro-religiosas. Somente em 1986, quarenta e nove anos depois, o IPHAN tomba outro bem cultural afro-brasileiro: o Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho (Ilê Axé iyá Nassô Oká), já sob uma nova ótica, respondendo às mobilizações sociais e alargando as definições restritas do que poderia ser considerado patrimônio. Ainda assim, no que diz respeito aos terreiros, os tombamentos seguintes viveram um hiato de quatorze anos, até chegarmos em 2017 à quantidade de nove terreiros tombados.

Ocorre que o tratamento dado às religiões de matriz africana segue ainda limitado: até o momento, todos os terreiros tombados pelo IPHAN se localizam no Nordeste do país e são,

com exceção de um, vinculados ao candomblé jeje-nagô. Sobre a regionalização e escolha do candomblé como religião referência, Marins afirma:

Os tombamentos de terreiros, por exemplo, permanecem atávicos a uma exclusiva pelo Nordeste, e também primordialmente pelos cultos panteônicos originários da costa ocidental setentrional da África. Após os pioneiros tombamentos do Terreiro da Casa Branca (Ilê Axé Iyá Nassô Oká, 1986) e do Axé Opô Afonjá (2000), foram tombados o Bate-Folha Manso Banduquenqué (2005), o Gantois (Ilê Iyá Omim Axé Yiamasséo, 2005), o Terreiro do Alaketo (Ilê Maroiá Láji, 2008), o Ilê Axé Oxumaré (2014), todos localizados em Salvador, e ainda a Casa das Minas Jeje (2005), em São Luís, todos eles vinculados ao candomblé de tradição jeje-nagô, com exceção do Bate-Folha, declarado como candomblé angolano (Giumbelli, 2014: 455-456). Nenhum terreiro fora do Nordeste foi objeto de tombamento até 2015, configurando uma territorialidade restritiva e associativa, que priva o restante do país do reconhecimento da presença de tradições religiosas afro-brasileiras. Ao mesmo tempo, tal conjunto de tombamentos faz com que o candomblé reine soberano sobre outras práticas religiosas afro-brasileiras. De fato, não há nenhum terreiro de umbanda tombado pelo IPHAN, configurando uma sobrevalorização das religiões panteônicas da Costa da Mina e do Golfo do Benin que atualiza a compreensão de que o candomblé é mais puro e “mais africano” do que os demais cultos como a umbanda, tidos como sincréticos (MARINS, 2016: 23-24)

Porém, as ações mais recentes do IPHAN como o GTIT e as portarias nº 188 e nº 194 indicam que novos caminhos podem ser trilhados e novas narrativas podem ser contadas. O GTIT produziu uma série de entrevistas com lideranças afro-religiosas de todas as regiões do país, mostrando a diversidade de práticas para além dos candomblés. As portarias citadas acima estabelecem diretrizes para a identificação reconhecimento e preservação dos bens culturais de povos e comunidades tradicionais de matriz africana através de diversos mecanismos, sendo destacados aqui a participação constante das comunidades diretamente interessadas e mapeamentos das casas religiosas de matriz africana em regiões até então não contempladas, como o Norte e o Sul do país.

PATRIMÔNIO E AFRO-RELIGIOSIDADE EM SANTA CATARINA

O patrimônio é um campo de disputas e tensões (CHUVA, 2011), com definições e recortes que se alteram ao longo do tempo num diálogo, por vezes conflituoso, com mudanças políticas, sociais, econômicas. Ligado fortemente à ideia de nação e memória, trata-se de um universo de decisões tomadas cotidianamente e que ao longo do tempo desenham a forma como olhamos e somos olhados por nós próprios. O campo é de disputas pois as narrativas que se formam, não retratam toda a diversidade de grupos e práticas sociais existentes numa

sociedade. Quais memórias se busca preservar? O que é aceito dentro do discurso patrimonial e o que não é aceito?

Gonçalves (2007) escreve sobre a necessidade de problematizarmos o conceito de “autenticidade”, largamente utilizado nos discursos patrimoniais para dar legitimidade e atribuir valor às manifestações culturais em seus mais diversos suportes: arquitetura, pintura, danças, festas, etc. Para pensar a presença africana e afro-brasileira, sua importância e impactos no Sul do Brasil, é necessário igualmente, problematizar não apenas a aura da “autenticidade”, como também “nação” e “identidade”. Entender as múltiplas identidades que os sujeitos portam e a complexidade dos contextos históricos e das relações sociais que se estabeleceram em todo o território brasileiro possui relevância na medida em que se trata de políticas públicas que podem impactar de diversas maneiras a vida dos grupos que possuem ou não possuem acesso a elas.

Diversos foram os marcos na extensão das definições do que é patrimônio, destacando-se aqui não apenas o primeiro tombamento de terreiro pelo IPHAN, como a Constituição Federal de 1988, o Decreto 3551/2000, que estabelece o Registro de manifestações culturais através do foco em seus aspectos imateriais, as portarias, os grupos internos de trabalho dentro do IPHAN, porém, essas medidas refletem o momento das demandas vindas das próprias comunidades que antes estavam excluídas das políticas de patrimônio. É importante dizer que, não somente os terreiros, mas diversas outras manifestações culturais não necessitam do IPHAN e nem de seu reconhecimento para continuarem existindo ou para sentirem-se valorizadas, existem há décadas (ou mesmo centenas de anos) sem que haja a mão do Estado sobre elas e, por vezes, resistindo ao próprio Estado, como é o caso das religiões de matriz africana e da capoeira, por exemplo.

Especificamente em Santa Catarina, a relação entre IPHAN e casas religiosas de matrizes africanas iniciou-se em 2010, com a abertura de dois pedidos de tombamento de terreiros de Florianópolis. Ainda que por diferentes razões, as duas casas se apropriaram da linguagem patrimonial, entendendo que acessar as políticas públicas de patrimônio poderia ser um caminho na busca por direitos e pela continuidade de suas práticas no território que ocupavam. Tal movimento tem se tornado cada vez mais comum em todo o território nacional, não apenas com terreiros, mas sobretudo com estes, que veem cotidianamente sua existência ameaçada pela especulação imobiliária, intolerância religiosa, pelo racismo estrutural, entre tantas outras questões. E são também essas novas apropriações das políticas

de patrimônio que ajudam a ressignificar seus sentidos, propósitos e a compor novas narrativas.

Como parte das iniciativas resultantes de múltiplos fatores, destacadamente as demandas sociais que pressionam e vão modificando a agenda de discussões em diversos ambientes, a Superintendência do IPHAN em Santa Catarina firmou acordo de cooperação técnica com a Universidade Federal de Santa Catarina para a execução de um mapeamento das casas de matrizes afro-religiosas de Florianópolis e municípios vizinhos, em busca de produção de conhecimento que fornecesse um panorama das casas e de sua diversidade. Executado de meados de 2016 a 2017, foram visitadas 210 casas e levantadas 73 auto-classificações de denominações afro-religiosas.

Dessa forma, os debates entre os discursos acerca da herança cultural imigrante como lugar de destaque - eclipsando outros grupos sociais - e novas produções que contribuam com maior visibilidade acerca de manifestações que não sejam de origem europeia, são importantes para mostrar tanto regional quanto nacionalmente a riqueza cultural afro-brasileira no Sul do país. Como dito anteriormente, os terreiros valorados pelo IPHAN possuem, quase em sua totalidade, determinadas características em comum: sua localidade, o fato de serem consideradas casas matrizes, sua antiguidade e a relação com o candomblé jeje-nagô. Se analisarmos os dados disponíveis acerca das casas afro-religiosas de Santa Catarina e, especificamente de Florianópolis, o cenário diversifica-se e complexifica os critérios atuais que culminam na valoração dos terreiros. Além de localizarem-se numa região do país comumente associada à branquitude e a heranças culturais europeias; as casas mais antigas são da década de 1950; não há casas matríciais nos mesmos parâmetros encontrados na Bahia; o candomblé não ocupa o centro das denominações religiosas.

Ainda há muito o que se debater em torno das questões que cercam não apenas o universo afro-brasileiro, mas também “nação”, “identidade”, “patrimônio”. A relação entre o poder público e as religiões afro-brasileiras Brasil são conflituosas por diversas razões e, muitas vezes, ser visto pelo Estado pode significar limites que ameaçam ou mesmo não interessam às comunidades (TRAMONTE, 2001). As comunidades de terreiro não precisam do reconhecimento do Estado, através do IPHAN, para existirem ou para atribuírem valor a suas práticas e conhecimentos - fazem isso há centenas de anos -, mas se há um movimento onde essas comunidades procuram esse campo de ação, por que não as ouvir? Que história se quer contar?

CONCLUSÃO

Reflexões a partir de resultados como esses trazem à tona debate crescente, mas ainda incipiente no campo patrimonial: como inserir nos discursos e narrativas em torno do que é patrimônio, as comunidades que vão de encontro a esses discursos?

Os caminhos trilhados têm sugerido que novas formas e caminhos necessitam ser debatidos, criados e ressignificados para oxigenar a própria instituição, romper com paradigmas que tornam setorizadas as representações culturais sobre as regiões do país, e para atender a demandas vindas por parte dos mais diversos grupos sociais que se apropriam do discurso patrimonial e enxergam nele a valorização de suas práticas por parte do Estado, mas também - e muitas vezes, principalmente - como veículo de acesso a direitos sociais.

O objetivo das reflexões apresentadas nesse artigo não é a crítica vazia da utilização dos instrumentos de preservação do IPHAN em torno do patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina, visto que sua valorização pela instituição é recente e, até a década de 1980, a imigração europeia no Brasil também não era vista nas representações que foram forjadas ao longo no século XX do que seria a identidade nacional do país, mas buscar compreender de que forma se teceram as narrativas que a colocaram no centro da representação nacional sobre a região Sul e quais outras narrativas também poderiam fazer parte da diversidade de experiências e legados de outros grupos sociais que por lá também passaram, contribuindo para a diversidade de narrativas no campo patrimonial.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict R., **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro: Experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX**. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008.

CHUVA, Márcia R. R. "**Por uma história da noção de patrimônio cultural**". Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 34, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais**. In: Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007, p. 117-137.

IPHAN. **Guia Orientador para Mapeamentos junto aos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.** Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: Secretaria De Políticas Para Comunidades Tradicionais. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-seppir/guia.pdf>

IPHAN. **O Patrimônio Cultural da Imigração em Santa Catarina.** Organização: Maria Regina Weissheimer; texto: Dalmo Vieira Filho - Brasília, DF: IPHAN, 2011.

LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

_____. **Terras e territórios de Negros no Brasil.** Cadernos de textos e debates do NUER. no. 1 Florianópolis: NUER/UFSC, 1990

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti e VIDAL, Joseane Zimmermann (Organizadoras). **História Diversa: Africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 2013.

MARINS, Paulo César Garcez. **Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980.** Revista Estudos Históricos, [S.l.], v. 29, n. 57, p. p. 9-28, abr. 2016. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/59122/59342>.

Políticas de acautelamento do IPHAN para terreiros de culto afro-brasileiros. Salvador, IPHAN, 2012.

Portaria Iphan Nº 188, de 18 de maio de 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_iphan_no_188_de_18_mai_o_%202016.pdf

Portaria Iphan Nº 194, de 18 de maio de 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_iphan_194_de_18_05_2016.pdf

Territórios do Axé: religiões de matriz africana em Florianópolis e municípios vizinhos / Núcleo de Identidades e Relações Interétnicas; Ilka Boaventura Leite (Coordenadora); Thabata J. B. Pinheiro (Projeto Gráfico e Ilustração) – Florianópolis: Editora da UFSC, 2017.

TRAMONTE, Cristina. **Com a bandeira e Oxalá: trajetória, práticas e concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 2001.